FOTÓGRAFAS AMAZÔNICAS, JUSTIÇA CLIMÁTICA E DISPUTAS DE SENTIDO: Marizilda Cruppe, Nathalie Brasil e Stéffani Azevedo [1]

AMAZONIAN PHOTOGRAPHERS, CLIMATE JUSTICE, AND DISPUTES OVER MEANING: Marizilda Cruppe, Nathalie Brasil and Stéffani Azevedo

Camila Leite de Araujo [2]
Marcio Acselrad [3]

Resumo: *Em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, este artigo objetiva compreender como as fotografias amazônicas contemporâneas produzidas por mulheres traduzem visualmente a crise climática a partir da articulação entre território, gênero e emergência ambiental, materializando a interseção entre os ODS 5 e 13. Fundamentada na Semiótica da Cultura, a metodologia adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, baseada na análise de fotografias de Marizilda Cruppe, Nathalie Brasil e Stéffani Azevedo. Concluímos que as imagens operam processos de tradução entre diferentes sistemas culturais, reconfiguram regimes de visibilidade e produzem novas formas de representação da crise ambiental e social da Amazônia.*

Palavras-Chave: *1.Fotógrafas amazônicas 2.Crise Climática 3.Semiótica da Cultura*

Abstract: *In articulation with the United Nations 2030 Agenda Sustainable Development Goals, this article aims to understand how contemporary Amazonian photography produced by women visually translates the climate crisis by interweaving territory, gender, and environmental emergency, thereby materializing the intersection between SDG 5 and SDG 13. Grounded in Cultural Semiotics, the methodology adopts a qualitative and interpretative approach based on the analysis of photographs by Marizilda Cruppe, Nathalie Brasil, and Stéffani Azevedo. We conclude that these images operate as processes of translation between different cultural systems; they reconfigure regimes of visibility and produce new forms of representing the environmental and social crisis in the Amazon.*

Keywords: *1.Amazonian women photographers 2.Climate crisis 3.Cultural Semiotics*

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de cinema, fotografia e audiovisual . 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

2 Professora Adjunta da UFAM – Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Comunicação pela UFPE, desenvolve atualmente pesquisa de pós-doutoramento no PPGCOM da UFC, sob supervisão da Profa. Dra. Gabriela Reinaldo. O presente artigo integra os resultados dessa pesquisa.

3 Professor Titular da Unifor - Universidade de Fortaleza, Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC - Universidade Federal do Ceará. Doutor em Comunicação pela UFRJ. e-mail macselrad@gmail.com

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a forma como a fotografia amazônica contemporânea produzida por mulheres constrói espacialidades simbólicas a respeito da crise climática, operando processos de modelização visual que articulam território, desigualdade social e emergência ambiental. A partir da Semiótica da Cultura, investiga-se de que modo as imagens produzidas organizam regimes de visibilidade, produzem escalas de circulação e reconfiguram o espaço amazônico como texto cultural do colapso climático, deslocando narrativas hegemônicas históricas produzidas a partir de olhares masculinos, coloniais e extrativistas.

As peculiaridades históricas, políticas e naturais da Amazônia se entrelaçam de maneira complexa diante da crise climática contemporânea. Queimadas cercam comunidades, destroem a biodiversidade, matam animais e pessoas, agravam a seca e intensificam o desaparecimento de cursos d'água, isolando famílias e territórios. O avanço da mineração ilegal, da exploração madeireira, da expansão agropecuária e das políticas estatais sustentadas pelo discurso do desenvolvimento e da integração encobrem graves violações de direitos ambientais e humanos, aproximando a floresta de um ponto de não retorno com impactos globais irreversíveis.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a Amazônia não apenas como território físico e reserva de recursos, mas como corpo vivo e simbólico atravessado por relações de poder do qual depende todo o planeta para o equilíbrio climático. Conforme problematiza Eliane Brum (2021), a recorrente representação da Amazônia como "virgem", "intocada" ou "selvagem" revela uma gramática colonial e patriarcal que associa a floresta a um corpo feminino disponível à conquista, ao controle e à destruição. A metáfora da natureza como sendo da ordem do feminino, portanto passível de usurpação e usufruto por parte do homem branco ocidental não data de hoje, mas vem dos primórdios da modernidade. Começa a sair de cena a imagem da natureza como algo da ordem do sagrado, que deveria, portanto, ser reverenciada como criação divina e, em seu lugar, aparece a imagem da natureza como objeto de estudo e fonte de matéria prima para o nascente sistema de exploração capitalista. Trata-se de uma metáfora violenta, na qual a dominação do território ecoa a dominação dos corpos, especialmente os corpos femininos, indígenas, racializados e periféricos. A crise climática amazônica e um possível novo caminho, nesse sentido, não podem ser dissociados das estruturas históricas de exploração e racismo ambiental.

Tendo este cenário como marco originário, partimos da hipótese de que a produção visual realizada por mulheres não constitui apenas uma variação autoral dentro do campo fotográfico, mas mobiliza formas específicas de sensibilidade, posicionamento ético e relação com o território. A fotografia produzida por mulheres, especialmente em contextos de conflito socioambiental, opera a partir de uma implicação corporal, afetiva e política com o espaço fotografado. Como sugere Brum (2021), pensar a Amazônia a partir da experiência de "ser floresta", e não apenas de representá-la, implica deslocar a centralidade da pessoa humana, questionar o binarismo 'natureza versus cultura' e reconhecer que a luta pela floresta é indissociável da luta contra o patriarcado, o feminicídio, o racismo e as múltiplas formas de colonialidade. Nesse horizonte, as imagens atuam como traduções sensíveis de uma experiência vivida no interior do colapso ambiental. As imagens que circulam sobre a Amazônia moldam percepções sociais sobre a região. A fotografia emerge como ferramenta crítica e sensibilizadora, capaz de expor injustiças e ampliar o debate público sobre a proteção dos territórios e das populações amazônicas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, constituem um conjunto de 17 objetivos integrados que visam promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental, orientando políticas públicas, práticas institucionais e ações da sociedade civil em escala global. Entre esses objetivos, o ODS 5 refere-se à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas. Já o ODS 13 trata da ação contra a mudança global do clima, propondo medidas urgentes para mitigar seus impactos, fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação das sociedades frente aos eventos climáticos extremos, além de incentivar a educação, a conscientização e o engajamento político em torno da crise climática, reconhecendo seus efeitos desiguais sobre populações vulnerabilizadas.

O presente estudo compreende que a justiça socioambiental passa necessariamente pela ampliação das vozes, dos corpos e dos olhares que narram e vivem os efeitos da crise climática na região. As fotografias analisadas não apenas evidenciam perdas irreversíveis, mas convocam à reflexão ética e à ação política. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, fundamentada na análise de imagens fotográficas, bem como na pesquisa bibliográfica e documental. Ancorada na Semiótica da Cultura, conforme desenvolvida por Yuri Lotman (1996; 1999), essa concepção afasta a imagem de uma leitura

meramente referencial ou representacional, compreendendo-a como um dispositivo dinâmico de significação no interior da cultura[4]. Essa dinâmica realiza-se fundamentalmente por meio da tradução, compreendida não apenas como passagem entre línguas naturais, mas como um processo ampliado de transposição entre sistemas semióticos distintos, por meio do qual sentidos são continuamente negociados, deslocados e recriados (MACHADO, 2003).

Nesse horizonte teórico, a cultura pode ser compreendida como um espaço semiótico dinâmico, posteriormente conceituado por Lotman como semiosfera, isto é, o ambiente indispensável para a existência e o funcionamento dos sistemas de signos (LOTMAN, 1996). A semiosfera não constitui um conjunto estável de significados, mas um campo em permanente transformação, marcado pela interação, pelo conflito e pela negociação entre diferentes sistemas culturais. Viver na cultura implica, assim, participar ativamente desse movimento contínuo de modelização e ressignificação, no qual os textos culturais operam como dispositivos que organizam, estruturam e tornam inteligíveis experiências, territórios e sujeitos, sem esgotar suas possibilidades de sentido.

Conforme Machado (2003), a cultura não apenas produz textos, mas funciona ela própria como um texto-modelo, capaz de organizar a experiência e transformar o indeterminado em algo apreensível. Nesse contexto, as fotografias operam como modelos de mundo, explorando experiências espaciais marcadas por fronteiras móveis entre a floresta e as mulheres. Assim, as imagens serão examinadas a partir de categorias da Semiótica da Cultura, observando-se de que modo operam deslocamentos entre diferentes sistemas culturais e produzem novas formas de visibilidade para a Amazônia e as vidas que a constituem, humanas e não humanas.

O procedimento analítico consistiu na seleção de fotografias produzidas por Marizilda Cruppe, Nathalie Brasil e Stéffani Azevedo, previamente identificadas como algumas das fotógrafas que se dedicam a fotografar a crise climática na região e considerando critérios como recorrência temática, circulação pública e relação direta com eventos e experiências vinculadas à crise climática na Amazônia.

Para operacionalizar a análise, foi desenvolvido um modelo analítico que perpassa por seis etapas: dados da imagem; contexto cultural e circulação; narrativa e estruturas

4 Nessa perspectiva, o texto cultural pode ser entendido como uma “coisa em si”, nos termos da tradição kantiana, isto é, como um fenômeno que não se reduz nem à linguagem nem a uma realidade exterior previamente dada, mas que se constitui como um problema semiótico, instaurando um campo de tensões e forças no espaço cultural (LOTMAN, 2000 apud MACHADO, 2003)

simbólicas; elementos visuais e códigos semióticos; efeitos de sentido e contribuição para a justiça socioambiental.

2. Apresentação da fotografia de Marizilda Cruppe

Fotografia 1: Marizilda Cruppe, 2017, Amazônia.

Fonte: Greenpeace[5]

Marizilda Cruppe é fotógrafa documental brasileira com atuação consolidada em temas socioambientais, direitos humanos, saúde e gênero. Fundadora do coletivo EVE Photographers, sua produção articula fotografia, ativismo e circulação internacional, com colaborações junto a organizações como *Greenpeace*, Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras, além de veículos jornalísticos nacionais e estrangeiros. (GREENPEACE, 2025; PROJETO ANDARILHA, 2015).

Sua trajetória profissional insere-se em um campo historicamente marcado pela hegemonia de fotógrafos homens, brancos, cisgênero e heterossexuais, configuração que impacta diretamente os regimes de visibilidade sobre a Amazônia e a crise climática (CRUPPE, 2023 apud AMBROSIO, 2023).

5Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/73870/behind-the-lens-marizilda-cruppe/

A fotografia analisada foi produzida em 2017, no contexto de ações do *Greenpeace* voltadas à denúncia do desmatamento associado à expansão agropecuária na Amazônia. Desde então, a imagem tem circulado amplamente em campanhas institucionais, materiais didáticos e publicações acadêmicas, mantendo sua potência simbólica ao longo do tempo. (GREENPEACE, 2025; PROJETO ANDARILHA, 2015). Essa circulação ampliada insere a fotografia em um ecossistema comunicacional de caráter ativista, no qual a imagem opera como tradução visual da devastação ambiental para diferentes públicos.

Do ponto de vista composicional, a imagem é estruturada a partir de uma linha-fronteira que separa, de maneira abrupta, o território. O enquadramento fotográfico permite vislumbrar de um lado a floresta densa e de outro a monocultura agrícola. O ponto de vista aéreo intensifica a percepção da cisão espacial, transformando o território em um campo visual dividido entre dois regimes antagônicos de relação com a terra. De um lado, a floresta aparece como organismo vivo e contínuo; de outro, a monocultura por meio de padrões geométricos rígidos, signos da racionalização produtiva e da lógica extrativista. Essa oposição não sugere um processo gradual, mas um choque violento entre modos inconciliáveis de existência.

> Nas palavras de Ailton Krenak: vocês estão a fim de acabar com tudo que pode existir aqui como equilíbrio e como possibilidade de vida? Vocês vão esquadrinhar a produção de vida e decidir quantos pedaços de vida cada um pode obter? E, nessa desigualdade escandalosa, vocês vão sair por aí administrando a água, o oxigênio, a comida, o solo?" (BRUM, 2021, p.51).

Essa modelização visual do território opera como uma espacialidade simbólica da crise climática na qual a fronteira não é apenas um elemento compositivo, mas um operador semiótico central. A imagem organiza o espaço amazônico como texto cultural do colapso climático, tornando visível a fragmentação ambiental e a assimetria de poder entre sistemas econômicos e ecossistemas. Ao converter dados abstratos sobre o desmatamento em uma configuração espacial legível e eticamente carregada (progresso versus natureza; vida versus morte; homem materilista versus floresta), a fotografia inscreve a crise climática no campo da experiência sensível e da disputa simbólica.

Brum (2021, p. 50) aponta para a solução da crise civilizatória: "amazonizar-se". O verbo indica "um movimento para voltar a ser, para se despartir, no sentido daquele que se

coloca fora da natureza, ao deixar de ser parte do todo orgânico de um planeta vivo. O que quero dizer é que se reflorestar é um movimento radical. A batalha pela Amazônia não é sobre desenvolvimento sustentável". (BRUM, 2021, p. 50)

A fronteira visual evidenciada por Cruppe materializa precisamente esse conflito de racionalidades: de um lado, a lógica da vida como sistema orgânico; de outro, a lógica da terra como recurso esquadrinhável, mensurável e apropriável. A fotografia pode ser compreendida, assim, como um gesto de "amazonização" do olhar, no sentido proposto por Brum, um movimento que tensiona a separação moderna entre humanidade e natureza e denuncia a pretensão de administrar a vida a partir de critérios econômicos. Ao evidenciar a ruptura territorial, a imagem não apenas denuncia a destruição da floresta, mas convoca a um processo simbólico de "reflorestamento dos mundos", tanto no plano material quanto no plano existencial.

A autoria feminina assume, nesse contexto, relevância epistemológica e política. A fotografia de Marizilda Cruppe desloca narrativas hegemônicas sobre o desenvolvimento do agronegócio ao articular denúncia, implicação ética e ativismo visual. Seu trabalho tensiona os regimes de visibilidade dominantes ao inserir a crise climática amazônica em uma gramática visual que recusa a neutralidade, assumindo explicitamente uma posição política diante da devastação.

Desse modo, a imagem opera como texto cultural em funcionamento no interior da semiosfera da crise climática amazônica, produzindo sentidos novos a partir da tradução entre sistemas distintos: ambiental, econômico, político e midiático. A fronteira entre floresta e monocultura deixa de ser apenas um dado geográfico e passa a funcionar como metáfora visual da crise civilizatória contemporânea, na qual o colapso ambiental revela, simultaneamente, o colapso de um modelo de mundo fundado na exploração, na desigualdade e na exclusão de outras formas de perceber e habitar o planeta.

3. Apresentação da fotografia de Nathalie Brasil

Fotografia 2: Nathalie Brasil, 2023, Manaus.

Fonte: Amazônia Real[6].

Nathalie Brasil trabalha há 12 anos como fotojornalista em diversos jornais. Hoje, ela atua de forma independente e, em 2023, cobriu pela primeira vez a seca na região amazônica. A fotojornalista registrou cenas durante o trajeto na estrada entre os municípios de Iranduba e Cacau Pirera e também, no caso da fotografia 2, na orla da Manaus moderna, no centro da capital amazonense. (AMBROSIO, 2023).

A fotografia de Brasil mostra um trecho do leito do rio drasticamente rebaixado, expondo solo, resíduos e embarcações imobilizadas. A seca não se apresenta apenas como dado ambiental, mas como operador visual de fronteira, uma linha de ruptura que reorganiza todo o campo simbólico da imagem. O leito exposto do rio, as embarcações imobilizadas e a vastidão terrosa onde antes havia fluxo instauram uma cena liminar: não se trata apenas da ausência da água, mas da suspensão de um regime de vida. A linha d'água que falta torna-se signo de colapso, demarcando a passagem entre abundância e escassez, entre mobilidade e

6 Disponível em: https://amazoniareal.com.br/especiais/o-olhar-das-fotografas-sobre-a-seca-historica-da-amazonia/

paralisia, entre permanência e ameaça de desaparecimento. A fronteira, aqui, não é apenas espacial, mas temporal e existencial: inscreve a fotografia no imaginário do "fim do mundo", entendido como experiência concreta de comunidades que vêem o rio, eixo cosmológico, econômico e afetivo, transformar-se em território árido. Nesse sentido, a imagem constrói a seca como ruptura da continuidade cultural amazônica, convertendo a paisagem em testemunho visual de uma crise climática que se manifesta como colapso do próprio horizonte de futuro.

Nesse cenário, a imagem documenta não apenas um fenômeno natural, mas também os efeitos combinados de processos antrópicos e da insuficiência de políticas públicas eficazes. A degradação da qualidade do ar é resultante da interação entre a seca histórica dos rios, intensificada por mudanças climáticas, somadas ao fenômeno El Niño e o aumento significativo de queimadas e incêndios florestais na região. A ausência de chuvas e a baixa umidade relativa do ar contribuíram para a formação de uma densa névoa de fumaça que cobriu a cidade, configurando um cenário de emergência sanitária. Esse quadro relaciona-se a práticas de desmatamento e fragilidades nos sistemas de fiscalização ambiental, evidenciando a complexa relação entre colapso ecológico e atividades humanas predatórias (AMBROSIO, 2023). Como relata a fotógrafa:

> Me chama a atenção fotografar um lugar que nem parece minha cidade. Vi as coisas se transformarem em cinza. Há poucos meses estava fotografando a cidade de cima e estava tudo colorido. Além disso, as pessoas estão seguindo suas vidas porque precisam, não têm outra opção, mesmo inalando fumaça, precisando andar três vezes mais para chegar nas embarcações. Elas precisam seguir trabalhando, apesar de tudo. (BRASIL, 2023. APUD AMBROSIO, 2023)

Kopenawa aponta que os povos originários não veem a separação entre eles e natureza. Eles são floresta e interagem não apenas com os seres vivos da floresta como também com o invisível. "Sem os *xapiri* e sem ecologia a terra esquenta".(BRUM, 2021, p.21). De fato, sem ecologia ou respeito aos espíritos ancestrais da floresta (os *xapiri*), a terra esquenta e o rio seca. Para o autor, os brancos não sabem o que é estar no mundo como casa e abrigo. Não percebem a terra como um ser que vive, que tem vibra energias e respira.

A narrativa visual da fotografia estrutura-se a partir da ausência do rio. O que deveria ser água é substituído por um espaço árido, seco e degradado, instaurando uma ruptura

simbólica profunda. O leito do rio exposto funciona como signo da falência de um sistema natural que sustenta modos de vida e economias locais. As embarcações encalhadas e a atmosfera saturada de fumaça reconfiguram Manaus como um espaço de colapso ambiental e social, no qual a crise climática se manifesta de forma direta sobre os modos de vida. Ao articular presença humana, resíduos e paralisação da circulação, a imagem humaniza a emergência climática e evidencia a desigual distribuição de seus impactos, deslocando a seca do campo do fenômeno natural para o da injustiça socioambiental e da negligência estrutural.

> […] porque sem a maior floresta tropical do mundo não há possibilidade de controlar o super aquecimento global e, portanto, sem a Amazônia teremos um futuro hostil. Ainda luto por essa obviedade que não canso de repetir em meus artigos. Mas agora luto pela Amazônia também porque a Amazônia sou eu e todes que são. Pessoas humanas e não humanas (BRUM, 2021, p.50).

A imagem opera como metáfora visual do “fim do mundo” na capital amazônica, na qual a natureza, historicamente vista como inabalável, revela sua vulnerabilidade. Essa narrativa simbólica desafia a percepção coletiva e convida a uma reflexão sobre a responsabilidade humana na crise.

Para quem vive na cidade, porém, as contradições são evidentes. Manaus tornou-se um símbolo do descompasso entre o natural e o concreto, um espaço onde o imaginário da Amazônia, associado a vastas extensões de floresta atravessadas por rios, raramente se materializa no cotidiano urbano. A capital amazonense, embora situada no interior de um dos biomas mais biodiversos do planeta, desenvolveu-se sob uma racionalidade histórica importada da Europa que apartou cidade e floresta, consolidando uma paisagem marcada pela tensão entre proximidade geográfica e distanciamento simbólico.

A imagem produz um efeito de sentido de urgência e denúncia. A fumaça densa, o solo seco e os resíduos plásticos não são apenas elementos descritivos; operam como signos de um colapso ecológico em curso. O cenário evidencia para a população da capital amazonense que os efeitos das mudanças climáticas não se restringem às áreas remotas dos incêndios na floresta. Denuncia, também, a negligência em relação à justiça ambiental e à falta de políticas de fiscalização. O lixo e a poluição não são apenas consequências da seca: reforçam a ideia de que a degradação é intensificada pela má gestão e pela ação antrópica. Ao focar nas pessoas e nos vestígios de suas vidas, a fotógrafa humaniza a crise, mostrando que a

seca não é apenas um fenômeno natural, mas um desastre social que afeta a subsistência, saúde e dignidade de populações inteiras. Ao documentar a "outra Amazônia", a Amazônia da seca, da fumaça e do lixo, Nathalie Brasil oferece um contraponto às representações hegemônicas, reforçando o discurso de que a crise climática é, fundamentalmente, uma crise de justiça social.

4. Apresentação de fotografia de Stéffane Azevedo

Fotografia 3: Stéffane Azevedo, 2024. Lago Tefé, no Amazonas.
Fonte: Amazônia Real.
https://amazoniareal.com.br/especiais/botos-e-tucuxis/

Stéffani Azevedo é fotojornalista da agência independente Amazônia Real. Com trajetória voltada às pautas socioambientais, atuou de forma independente e integrou a equipe do programa Profissão Repórter na cobertura da seca no Amazonas (AMBROSIO, 2023).

Na imagem, a fotógrafa registra o momento em que pesquisadores retiram dois botos mortos da margem do lago Tefé, durante o episódio de mortandade em massa ocorrido em 2024. O fenômeno foi associado às temperaturas extremas da água, à redução drástica do volume dos rios e ao agravamento da seca intensificada pelas mudanças climáticas. Naquele período, o rio Negro atingiu níveis historicamente baixos, 13,59 metros, e temperaturas de até 41 °C (LIMA, 2024).

A imagem abre a fotorreportagem “O colapso dos botos tucuxis”, escrita por Wérica Lima e publicada pela Amazônia Real. O texto articula dados científicos, investigação jornalística e testemunhos locais, situando a tragédia ambiental em um contexto climático mais amplo.

> Acho que vale sempre o questionamento: quem enxerga de fato a Amazônia? Quem está fazendo alguma coisa por essas pessoas? É sempre nós por nós! Nessa região os que mais sofrem pelo apagamento são os povos indígenas. Quem amplifica as vozes das populações indígenas? (AZEVEDO, 2023, apud AMBROSIO, 2023).

Ao questionar “quem enxerga de fato a Amazônia?” e quem amplifica as vozes indígenas (AZEVEDO, 2023, apud AMBROSIO, 2023), a fotógrafa explicita a dimensão política de seu trabalho. A imagem não apenas documenta: posiciona-se.

Brum (2021) argumenta que, para os povos da floresta, a vida não se organiza a partir da lógica da acumulação, mas da experiência plena do viver. Inseridos na natureza como parte dela, e não como seus proprietários, esses povos estruturam sua existência a partir de relações de equilíbrio, pertencimento e suficiência. Nesse modo de vida, o essencial não se mede pela posse, mas pela continuidade dos vínculos com o território, com os rios e com a coletividade.

Segundo a autora, para expulsá-los de suas terras é preciso antes desestruturar essa relação. A aliança histórica entre governos e elites econômicas opera, então, pela devastação ambiental e pela imposição da pobreza. Ao destruir a floresta e inviabilizar seus modos tradicionais de subsistência, transforma-se autonomia em carência. A produção deliberada da escassez torna-se estratégia de deslocamento: ao fragilizar as condições de vida, abre-se caminho para a apropriação das terras.

Pensando a fotografia a partir do seu plano simbólico, o boto, figura mítica associada à vitalidade e à fecundidade na cultura amazônica, surge destituído de sua potência de vida.

Seus corpos estendidos sobre a terra ressecada os desloca do campo do mito para o da evidência material da morte. A paisagem, marcada pela aridez, torna-se índice de um desequilíbrio que ultrapassa o episódio pontual e remete a uma crise sistêmica.

A presença dos pesquisadores introduz o código científico na cena, instaurando uma tensão produtiva entre mito e ciência, tradição e racionalidade técnica. Se os botos pertencem ao imaginário simbólico da floresta, o gesto de mensuração e retirada dos seus corpos os inscreve no domínio dos dados, da prova e da investigação. Vida e morte, cultura e técnica coexistem no mesmo enquadramento.

A reportagem amplia esse horizonte ao documentar o cotidiano de comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas, como Vila Alencar Porto Praia e Arauiri, do povo Kokama, diretamente afetadas pela seca extrema. O drama ecológico revela-se inseparável do drama social: a morte dos botos e a retração dos rios atingem modos de vida, economias locais e identidades culturais.

A fotografia, assim, modeliza o espaço amazônico a partir da experiência da ruptura. Constitui-se como alerta visual: evidencia a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações que deles dependem, convocando uma leitura ética e política da crise climática.

> Ao se tornar uma força de destruição capaz de alterar o clima do planeta, a parcela minoritária, mas dominante, de humanos forjou um futuro hostil para o conjunto da espécie – e também para todas as outras espécies que em nada contribuíram para o aquecimento global. (BRUM, 2021, p.71)

5. A modelização do espaço amazônico pelo olhar feminino

Sob o prisma da Semiótica da Cultura, a Amazônia é compreendida não apenas como espaço geográfico, mas como espaço semiótico. Conforme Machado (2003), o espaço semiótico define-se menos por delimitações físicas e mais pelas relações de sentido que o organizam. Trata-se de uma topologia cultural, entendida como um mapa relacional no qual posições, tensões e fluxos simbólicos se articulam. Nessa perspectiva, a fotografia opera como texto cultural inserido na semiosfera amazônica e participando ativamente da produção de sentidos sobre a crise climática.

A análise topológica permite compreender como as imagens ocupam diferentes zonas, centrais ou periféricas, nos debates sobre mudança climática, apontando as fronteiras

simbólicas que atravessam, ao traduzir dados científicos, experiências sociais e conflitos ambientais em linguagem visual. A fotografia atua, assim, como dispositivo de percepção e mediação entre sistemas heterogêneos (ambiental, social, político, científico e midiático), articulando temporalidades, espacialidades e narrativas distintas. Como texto em funcionamento, a imagem não apenas representa acontecimentos, mas intervém na dinâmica cultural ao reorganizar o visível e o dizível sobre a crise climática na Amazônia.

Ao tentar modelizar uma floresta viva em uma imagem bidimensional, o enquadramento fotográfico constrói um modelo de mundo. Nas fotografias da crise climática, rios, florestas, cidades, corpos (humanos ou não) e territórios afetados são organizados em um campo visual no qual a fronteira, entre o visto e o não visto, assume papel central na produção de sentido. O enquadramento não opera apenas como limite, mas como princípio simbólico que pode significar simultaneamente separação e continuidade: a vastidão da floresta, a imensidão das águas ou a escala da devastação.

Diante da complexidade e, por vezes, da intraduzibilidade da crise ambiental, a modelização fotográfica ganha força ao tornar visíveis experiências que extrapolam o espaço físico, abarcando temas como o sofrimento, o abandono, a perda, a memória e a resistência, organizando visualmente dimensões humanas e históricas associadas à mudança climática e à desigualdade estrutural do sistema capitalista no Brasil. Nas fotografias amazônicas, as divisões entre natureza e cultura, centro e periferia, sustentabilidade e destruição mostram-se instáveis, atravessadas por processos contínuos de transformação.

Lotman propõe que o espaço não é apenas representado pelos textos culturais, mas vivenciado como texto. A chamada “ética espacial” evidencia que oposições topológicas, como centro e periferia, alto e baixo, vida e morte, carregam valores simbólicos que orientam modos de compreensão do mundo. Essa abordagem permite compreender a Amazônia como uma topologia da coexistência, na qual a luta pela semiotização se manifesta de forma urgente. Florestas, rios e cidades configuram fronteiras em que cultura e natureza se traduzem mutuamente, instaurando um campo ético marcado por tensões entre vida e morte, movimento e imobilidade, abundância e escassez, floresta e negócios econômicos. O trabalho de tradução, feito pelas fotógrafas e jornalistas amazônicas, emerge, nesse contexto, como operação central da semiosfera, possibilitando que experiências locais da crise climática sejam convertidas em narrativas capazes de circular em outros contextos.

Nas fotografias analisadas, códigos jornalísticos e documentais entrelaçam-se de maneira singular, conectando a Amazônia a circuitos nacionais e internacionais de circulação de imagens. Esses registros funcionam como traduções visuais nas quais vozes, gestos, memórias e afetos ganham materialidade em luz e cor, atravessando fronteiras geográficas, midiáticas e culturais. Tal dinâmica insere-se no interior da semiosfera, entendida, à luz de Lotman, como o espaço cultural onde sistemas de signos coexistem em tensão, traduzindo-se e transformando-se mutuamente. Esse processo, entretanto, não é neutro: envolve negociações entre os olhares das fotógrafas, os regimes de visibilidade da mídia e as disputas por legitimidade discursiva. Nesse contexto, coletivos, redes sociais e plataformas independentes configuram "pontos quentes" da semiosfera digital, conforme propõe Nöth (2015), isto é, zonas de alta intensidade semiótica nas quais se concentram fluxos acelerados de produção, circulação e reconfiguração de sentidos. Nesses espaços, códigos hegemônicos e contra-hegemônicos entram em fricção, potencializando deslocamentos do centro para a periferia e ampliando as possibilidades de visibilidade para narrativas amazônicas marcadas por gênero, território e justiça climática.

Ainda assim, essas fotógrafas atuam em um território semiótico desigual, disputando espaço com narrativas hegemônicas sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, frequentemente produzidas a partir de olhares masculinos, externos à região ou vinculados a grandes conglomerados midiáticos.

> A lógica da destruição não faz distinção dos corpos a serem destruídos, floresta ou mulher. É um elemento estruturante do sistema que conforma o mundo. Mais do que alterado, esse sistema precisa ser derrubado, porque a violência não é um dado a mais, mas sim a própria estrutura que sustenta o edifício inteiro (BRUM, 2021, p.65)

A produção fotográfica de mulheres amazônicas emerge, portanto, como dispositivo de resistência visual e empoderamento político. Ao documentar comunidades invisibilizadas e territórios ameaçados, estas imagens dialogam diretamente com os ODS 5 e 13 ao enfrentar desigualdades de gênero, denunciar injustiças socioambientais e afirmar a presença feminina como sujeito narrativo e político. Os relatos das fotógrafas evidenciam processos estruturais de apagamento, agravados pela ausência de políticas públicas eficazes e pelas dificuldades

materiais de produção e circulação das imagens, como os altos custos de deslocamento e a precariedade das condições de trabalho (AMBROSIO, 2023).

Ao se apropriarem de tecnologias digitais como ferramentas de resistência (ODS 5.b) e ao tornarem visíveis os impactos da crise climática, essas mulheres ampliam espaços de enunciação para vozes indígenas, ribeirinhas e periféricas, contribuindo para a construção de regimes de visibilidade mais justos. As fotografias não se limitam a expor injustiças estruturais: elas afirmam o protagonismo feminino, a ação coletiva e a urgência de imaginar futuros possíveis. Nesse sentido, a imagem deixa de ser mero registro para se afirmar como prática política, espaço de disputa por direitos e exercício de liberdade.

Brum (2021) propõe uma inflexão no modo como a Amazônia costuma ser narrada. Embora a primeira camada de leitura de suas histórias revele violência, injustiça e aniquilamento, sua escrita desloca o foco do espetáculo da destruição para a persistência da vida. Não se trata de negar a brutalidade histórica que marca o território há mais de quinhentos anos, mas de evidenciar que, mesmo sob múltiplas formas de morte (coloniais, econômicas, ambientais), há práticas contínuas de resistência. A Amazônia, nesse sentido, ultrapassa a condição de espaço geográfico e torna-se campo de investigação sobre como sustentar a existência em meio à emergência climática e à sexta extinção[7] em massa. Narrar a floresta é, para Brum (2021), narrar a invenção cotidiana do possível diante do que parece impossível.

Essa perspectiva ganha densidade quando a autora define a Amazônia como a principal fronteira do embate contemporâneo entre forças de destruição e forças de resistência. De um lado, articulam-se elites extrativistas, setores políticos e econômicos, corporações transnacionais e fundamentalismos religiosos que legitimam a exploração intensiva do território. De outro, erguem-se povos indígenas e comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, que encarnam modos de vida baseados na relação não predatória com a floresta. A fronteira amazônica, portanto, não é apenas territorial, mas ética e civilizatória: nela se confrontam dois projetos de mundo, um orientado pela lógica da acumulação e da devastação, outro pela continuidade da vida e pela defesa do comum.

7A ideia dialoga com o conceito científico de “sexta extinção em massa”, formulado por biólogos e paleontólogos para designar o atual período de perda acelerada de biodiversidade, comparável às cinco grandes extinções registradas na história geológica do planeta — com a diferença de que, desta vez, o agente desencadeador é a própria espécie humana. Ao mobilizar essa expressão, Brum sublinha a dimensão ética e civilizatória da crise, enfatizando que não se trata apenas de uma emergência ambiental, mas de um colapso socioecológico que redefine as condições de existência contemporânea.

Brum (2021) amplia o debate ao afirmar que o conceito de ecocídio é fundamental para enfrentar os desafios da justiça climática, mas insuficiente se permanecer aprisionado à linguagem jurídica tradicional. Para ela, a emergência climática exige não apenas responsabilização, mas uma transformação radical na forma como concebemos a centralidade humana. É preciso completar a descentralização da pessoa humana e reconhecer que a crise ecológica decorre justamente da hierarquização que colocou o homem acima dos demais seres e sistemas vivos. Enfrentar o colapso ambiental implica imaginar uma sociedade mais horizontal, capaz de reorganizar suas estruturas políticas, econômicas e simbólicas a partir da interdependência.

Nesse horizonte, as cosmologias indígenas oferecem um repertório ético e epistemológico decisivo. Ao se compreenderem como parte de uma teia complexa de relações com seres visíveis e invisíveis, humanos e não humanos, esses povos deslocam a noção de propriedade e domínio. A floresta, nessa perspectiva, não pertence a um Estado, a um mercado ou sequer à “humanidade” como abstração universal. Tampouco é posse exclusiva dos povos que a habitam. A Amazônia pertence a si mesma, é sujeito de existência, não objeto de apropriação. Reconhecer isso significa admitir que todos somos parte dessa totalidade viva e que a defesa da floresta não é uma causa externa, mas uma condição de continuidade coletiva.

6. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a fotografia amazônica produzida por mulheres atua como um operador semiótico fundamental na construção de espacialidades simbólicas da crise climática. Longe de se limitar ao registro de eventos extremos, essas imagens organizam visualmente territórios, temporalidades e experiências sociais, modelizando a Amazônia como um espaço cultural marcado pelo colapso ambiental e por profundas desigualdades históricas.

Ancorada na Semiótica da Cultura, a pesquisa defende que conceitos como espaço semiótico, fronteira, tradução, topologia e modelização oferecem ferramentas analíticas potentes para compreender a crise climática como processo cultural. As fotografias analisadas revelam a Amazônia como um espaço de tensão permanente, no qual diferentes sistemas de signos (ambientais, científicos, midiáticos, sociais e simbólicos) se entrecruzam.

Ao dialogar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 13 e 5 da Agenda 2030, este estudo evidencia que a crise climática amazônica, a desigualdade de gênero e o racismo ambiental constituem dimensões interdependentes de uma mesma estrutura de poder. O ODS 13 convoca ações urgentes para enfrentar as mudanças climáticas, enquanto o ODS 5 reivindica a igualdade de gênero e o fortalecimento da participação das mulheres nos processos decisórios.

No contexto amazônico, entretanto, os impactos climáticos incidem de forma desproporcional sobre comunidades tradicionais, historicamente racializadas e marginalizadas. As fotógrafas analisadas inscrevem essa intersecção em suas imagens ao tornar visíveis os corpos, territórios e modos de vida mais vulnerabilizados pelo colapso ambiental. Ao mesmo tempo, afirmam a presença de mulheres como produtoras de conhecimento e como agentes de enunciação em um campo marcado por assimetrias de gênero. Assim, suas fotografias não apenas documentam a emergência climática, mas tensionam as estruturas que naturalizam a exploração da floresta e o silenciamento de seus povos. Ao ampliar regimes de visibilidade e disputar narrativas sobre a Amazônia, essas mulheres contribuem para uma agenda de justiça climática que é inseparável da justiça de gênero e da justiça racial, reafirmando a urgência de políticas públicas comprometidas com a defesa da vida em sua dimensão plural e interdependente.

O olhar feminino que atravessa essas produções não se define por uma essência biológica, mas por uma posição histórica e política situada. Trata-se de um olhar que emerge de experiências marcadas por desigualdades de gênero e por formas específicas de invisibilização no campo do fotojornalismo e na própria narrativa sobre a Amazônia. Esse posicionamento produz uma sensibilidade atenta às dimensões relacionais da crise climática, aproximando ambiente, corpo, território e comunidade.

Diferentemente de abordagens centradas apenas no espetáculo da catástrofe, essas fotógrafas tendem a inscrever a devastação em tramas de cuidado, resistência e denúncia, ampliando o campo de visibilidade para sujeitos tradicionalmente marginalizados, especialmente mulheres, povos indígenas e comunidades ribeirinhas. Assim, seu diferencial reside na capacidade de articular estética e ética, experiência vivida e crítica estrutural, produzindo imagens que não apenas representam a crise, mas tensionam as hierarquias simbólicas que historicamente silenciaram tanto a floresta quanto as mulheres.

A partir da noção de topologia, foi possível observar como as produções de Marizilda Cruppe, Juliana Pesqueira e Stéffani Azevedo ocupam posições específicas na semiosfera da crise climática amazônica. Suas imagens operam em zonas de fronteira, conectando experiências locais de devastação ambiental e social a circuitos mais amplos de circulação midiática, científica e política. Nesse movimento, a fotografia atua como tradução visual, capaz de tornar inteligíveis processos ambientais complexos e, ao mesmo tempo, sensíveis experiências humanas de perda, incerteza e resistência.

Nas imagens de Marizilda Cruppe, a fronteira organiza o espaço como princípio visual e ético, especialmente na oposição entre floresta e monocultura, que modeliza o território amazônico como campo de conflito entre diversidade biológica e racionalidade econômica. O enquadramento fotográfico atua como operador crítico, transformando a ocupação do espaço em um problema simbólico e político.

Na fotografia de Juliana Pesqueira, a sobreposição de camadas espaciais e temporais instaura uma ruptura profunda no imaginário urbano amazônico. A cidade de Manaus, marcada historicamente pela presença da água, emerge como espaço de asfixia, seca e suspensão do futuro e da mobilidade. A imagem dissolve fronteiras entre natureza e cidade, visível e invisível, traduzindo visualmente a experiência sensível da crise climática como colapso do cotidiano.

Já na fotografia de Stéffani Azevedo, o espaço semiótico é estruturado pelo encontro entre ciência, natureza e morte. O lago de Tefé, tradicionalmente associado à vida e à circulação, é ressignificado como espaço de luto ecológico. A presença dos pesquisadores introduz signos científicos que dialogam e tensionam os signos culturais da fauna amazônica, transformando um evento localizado em um texto cultural de alcance ampliado, no qual dados empíricos, perda simbólica e urgência ética se articulam.

Em conjunto, essas produções fotográficas modelizam a Amazônia como um espaço de fronteira em permanente instabilidade, no qual a crise climática se manifesta a partir do confronto entre sistemas distintos, floresta e agronegócio, cidade e a seca na Amazônia, mito e ciência. Por meio da circulação das imagens, eventos locais são convertidos em textos culturais capazes de reconfigurar a percepção coletiva sobre o território amazônico.

A pesquisa documental e os depoimentos das fotógrafas revelaram, ainda, a persistência de processos estruturais de invisibilização que afetam tanto as profissionais quanto as comunidades retratadas. A precarização das condições de produção, as dificuldades

logísticas e a concentração dos meios de circulação reforçam a hegemonia de determinadas narrativas sobre a Amazônia, limitando a pluralidade de olhares no espaço público. Ao inscreverem o território amazônico em uma iconologia do colapso, marcada por rios secos, paisagens degradadas e atmosferas saturadas de fumaça, essas fotógrafas produzem arquivos sensíveis da crise climática contemporânea. Suas imagens ampliam regimes de visibilidade, conectam gênero, território e emergência ambiental e reafirmam a fotografia como prática cultural capaz de intervir simbolicamente na compreensão do real.

Dessa forma, este estudo contribui para o campo da Comunicação e dos Estudos da Cultura ao propor a crise climática amazônica como um texto cultural em disputa, cuja compreensão exige a articulação entre linguagem, território e poder. Ao evidenciar o papel das fotógrafas como agentes de modelização simbólica, a pesquisa amplia o debate sobre gênero e produção de conhecimento visual, demonstrando que a imagem intervém na sua significação social. Em um contexto de intensificação da emergência climática, reconhecer a fotografia como prática cultural e política torna-se fundamental para disputar regimes de visibilidade e reconfigurar imaginários sobre a Amazônia. Assim, mais do que representar o colapso, essas imagens participam da construção de uma memória crítica do presente e de possíveis horizontes da justiça climática como inseparável da justiça de gênero e da justiça racial. Reconhecer a potência política dessas imagens significa reconhecer que a disputa pela floresta é também uma disputa simbólica e que nela se joga a possibilidade de imaginar futuros nos quais a vida, humana e não humana, possa persistir.

7.Referências bibliográficas

AMBROSIO, Nicoly. **O olhar das fotógrafas sobre a seca da Amazônia.** Amazônia Real, 2023. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/especiais/o-olhar-das-fotografas-sobre-a-seca-historica-da-amazonia/

BRUM, Eliane. Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Cruppe, Marizilda. Entrevista. Greenpeace, SA. **Behind the Lens: Marizilda Cruppe** - Greenpeace International Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/73870/behind-the-lens-marizilda-cruppe/

GREENPEACE,2025. "Celebrating Greenpeace photographers on International Womens Day - Greenpeace International". **Behind the Lens: Marizilda Cruppe** - Greenpeace

International. Disponível em: :https://www.greenpeace.org/international/story/73361/celebrating-greenpeace-photographers-on-international-womens-day/?utm_source=chatgpt.com

Cruppe, Marizilda. Entrevista. **Projeto Andarilha.** Disponível em: https://projetoandarilha.com/marizilda/?utm_source=chatgpt.com "“Eu nasci para viver em movimento”, Marizilda Cruppe – Projeto Andarilha"

LIMA, Wérica. Botos e Tucuxis: a morte de mais de 150 botos e tucuxis na Amazônia expõe o colapso do rio e a negligência com as comunidades. Amazônia Real. Disponível em https://amazoniareal.com.br/especiais/botos-e-tucuxis/

LOTMAN, Iúri. L**a semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Cátedra, 1996.

LOTMAN, Iúri. **Universo da mente: semiótica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2000.

MACHADO, Irene. **O espaço semiótico**. Galáxia, São Paulo, n. 6, p. 33–44, 2003.

NOTH,Winfried. **The topography of Yuri Lotman's semiosphere.** In International Journal of Cultural Studies · January 2014 DOI: 10.1177/1367877914528114

ONU. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13